

COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E CHINA: PARCERIA OU CONCORRÊNCIA?

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15548496>

OLIVEIRA, Danielle Meirelles de, Tecnóloga*
PINTO, Cristiane Elias de Campos, Doutoranda*

* Faculdade de Tecnologia de Praia Grande
CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Pça. 19 de Janeiro, 144, Boqueirão, Praia Grande/SP, CEP: 11700-100
Fone (13) 3591-1303

danielle_meirelles@hotmail.com.br
cristiane.e.c.pinto@gmail.com

RESUMO

O comércio internacional é relevante para a economia de qualquer país. Tal ação entre países, gradativamente, tem se tornado mais colaborativa, visando vantagens e benfeitorias para as nações envolvidas. Brasil e China mantêm relações comerciais consideravelmente participativas em suas respectivas economias. De certa forma existe uma interdependência desses países; a China é um comprador potencial de produtos básicos e o Brasil, evidentemente, é um potencial vendedor de tais produtos. Essa correlação faz com que seja questionado ou, ao menos, apontado itens relativos à real participação comercial e econômica de uma nação à outra. O referido artigo explora os potenciais do comércio dos países estudados, salientando os maiores pontos de competitividade de ambos, ressaltando fatores históricos e atuais pertinentes à pesquisa, com objetivo de verificar o perfil das relações sino-brasileiras. Partindo do questionamento se tal comércio é passível a itens de parceria ou concorrência, e posterior a análise realizada, conclui-se que Brasil e China desenvolvem itens de parceria, ou seja, essa relação é de cunho benéfico para ambos, com intuito de crescimento e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Internacional. Brasil. China. Relações Bilaterais.

ABSTRACT

International trade is relevant for the economy of any country. Such action among countries gradually has become more collaborative, seeking benefits and improvements for the involved nations. Brazil and China have considerably participatory trading relations in their respective economies. In a way there is an interdependence of these countries; China is a potential buyer of commodities and Brazil, of course, is a potential seller of such products. This correlation causes items related to real trade and economic participation of a nation to another to be questioned, or at least pointed. This article explores the trading potentials of the countries studied, pointing out the greater competitiveness of both sides, highlighting historical and current factors relevant to the research, in order to verify the profile of Sino-Brazilian relations. Starting from the question whether such trading is liable to partnership or competition items, and the subsequent analysis, one can conclude that Brazil and China develop partnership items, in other words, this relationship is beneficial to both, aiming growth and development.

KEYWORDS: *International Trade. Brazil. China. Bilateral Relations.*

INTRODUÇÃO

A interdependência das nações já existe há muito tempo. Nos dias atuais, em virtude do progresso dos meios de transporte e de comunicação, tem se tornado ainda mais significativa.

De acordo com Maia (2007, p.275) “o mundo de hoje é chamado de Aldeia Global, porque as nações estão, dia após dia, ficando mais interdependentes”. Isso acontece porque os países não dispõem de todos os recursos e mercadorias necessárias para sua sobrevivência. Sendo assim, faz-se necessária a comercialização entre as nações.

Essa interdependência, muitas vezes, aparece entre nações que podem produzir a mesma mercadoria. Entretanto, produzem a custos diferentes, devido à tecnologia (*know-how*), obtida por meio de pesquisas bem-sucedidas. Assim, torna-se mais vantajoso comprar do que produzir (MAIA, 2007, p.275-276).

Essa interdependência faz com que os países relacionados sejam questionados quanto a sua parceria ou a sua possível concorrência. Um exemplo prático é a relação entre Brasil e China, nações que certamente são consideradas interdependentes e, diante desta circunstância, questiona-se quais itens da pauta do comércio internacional entre Brasil e China podem, possivelmente, desenvolver maior parceria ou concorrência.

Abordar sobre o comércio internacional entre tais países mostrou-se muito interessante, uma vez que ambos têm potenciais concorrentes, mas também comercializam entre si. Partindo desta breve análise, foi visualizado o quão relevante é a relação entre eles. Um fator tanto quanto expressivo na escolha do tema é o nicho de comércio online, no qual a China é abundante em oferta de diversos produtos. A vivência e aumento desse tipo de compra via *Internet* surtiram a curiosidade e interesse no estudo detalhado do mercado deste país em comparação ao nosso.

Essa relação ultrapassa os interesses apenas comerciais e, cada dia mais, é intensificada através de diversos acordos que visam beneficiar as duas nações. Explorando itens competentes das indústrias, podemos evidenciar os potenciais específicos e os semelhantes desses países. A indústria brasileira possui inúmeros itens relevantes, como a oportunidade de extração e plantação, tornando-se altamente competitiva através de vantagens comparativas simples: matéria-prima e mão de obra. Já a indústria chinesa apresenta competitividade em diversos itens do mercado. Com sua mão de obra abundante e relativamente barata, é considerada uma das potências mundiais. As indústrias brasileiras e chinesas têm como ponto de competitividade semelhante à mão de obra em abundância, porém, enquanto o Brasil é rico em matéria-prima e plantações, a China tem preços consideravelmente baixos e condições

comerciais favoráveis.

Levando em consideração que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, observa-se que este conhecimento é extremamente relevante, pois existe grande demanda na academia por pesquisas sobre as especificidades desse mercado.

A correlação comercial entre as indústrias brasileira e chinesa, desde o início, conta com a cooperação de ambas as partes, e cada dia mais esta ligação é consolidada, para que, assim, o relacionamento dos dois países seja potencializado.

1 OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os principais itens no comércio internacional entre Brasil e China.

Como objetivos específicos propõem: a) avaliar pontos de competitividade da indústria Brasileira; b) avaliar pontos de competitividade da indústria Chinesa; c) enumerar semelhanças e diferenças entre as indústrias dos países.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem da pesquisa é dedutivo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.92) “os argumentos dedutivos ou estão corretos ou incorretos, ou as premissas sustentam de modo completo a conclusão ou, quando a forma é logicamente incorreta, não a sustentam de forma alguma”.

Sendo assim, o estudo apresentado é considerado verdadeiro, pois a relação comercial entre Brasil e China é dedutivamente questionável quanto à sua real correlação.

Os métodos de procedimento, por sua vez, são: histórico, pois a pesquisa irá utilizar dados de anos anteriores, e comparativo, porque ao analisar os dois mercados e seus pontos de competitividade, o método, impreterivelmente, é o comparativo.

3 INTRODUÇÃO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Desde a pré-história havia a troca de produtos entre os habitantes de uma mesma tribo. Com o passar do tempo, o relacionamento humano evoluiu e a ação de trocar ampliou-se para as cidades, nações e por fim, para o mundo.

Atualmente, essa prática cruzou as fronteiras dos países, gerando o Comércio Internacional. Segundo Lopez e Silva (2010, p. 179), o comércio internacional é basicamente:

O conjunto de operações realizadas entre países onde há intercâmbio de bens e serviços ou movimento de capitais. Este comércio é regido por regras e normas, resultantes de acordos negociados, em órgãos internacionais, a exemplo da OMC, da OMA e da CCI (Câmara de Comércio Internacional), e que são adotadas pelos governos dos países signatários.

O intercâmbio de mercadorias entre países se faz necessário em decorrência das inúmeras diferenças territoriais, climáticas e econômicas existentes entre eles. Como exemplo dessas diferenças, tem-se a disposição desigual das jazidas minerais no planeta; a diversificação de solos e climas, o que altera a produção agrícola dos países; e a diferença nos níveis de desenvolvimento econômico. Além disso, a integração entre os países tem avançado muito, tornando o comércio exterior cada vez maior.

3.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Até a década de 1930, com base em Barral (2007), o mundo vivenciava um período de intercâmbio comercial e de prosperidade econômica. Isto era consequência da crescente regulamentação comercial, principalmente entre os países desenvolvidos.

A crise da bolsa de Nova Iorque, em 1929, foi, provavelmente, o mais significativo prenúncio do processo de globalização que caracteriza as sociedades atuais, demonstrando a dependência econômica entre os países e os efeitos em cadeia das variações dos mercados globais. A quebra da bolsa repercutiu em vários países, gerando um descontrole monetário, apresentando graves efeitos como o desemprego e a inflação (BANDEIRA, 2005, p. 47).

Com a “redução radical do comércio internacional, seguiu-se o descumprimento das regras comerciais, o unilateralismo das decisões políticas”, que impulsionaram a crise e desencadearam a Segunda Guerra (BARRAL, 2007, p. 26).

Após esse conflito mundial, a necessidade de cooperação se tornou evidente. Era primordial a criação de uma estrutura política que garantisse a paz e uma estrutura econômica que evitasse a instabilidade. A partir dessa situação, segundo o jornal O Globo (2014), em 1944, os líderes de determinados países criaram a Conferência de *Bretton Woods*, visando à criação de uma nova ordem econômica global.

Durante o encontro de cúpula foram desenvolvidos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial). Essas instituições tinham como objetivo alcançar a estabilidade econômica; a terceira das organizações propostas foi a Organização Internacional do Comércio (OIC).

3.1.1 A OIC

A OIC tinha como proposta uma organização multilateral, “com objetivos ambiciosos que açambarcavam a uniformização das regras comerciais, a promoção do comércio, do desenvolvimento e do pleno emprego” (BARRAL, 2007, p. 28). Nas negociações seguintes de *Bretton Woods*, com intuito de projetar a OIC, chegou-se à Carta de Havana¹. Esta tinha sua redação dividida em três partes, a primeira referia-se à criação da OIC, a segunda envolvia as regras de redução

1 Segundo Barral (2007) era “um documento precioso que identifica como o comércio poderia ser um mecanismo de promoção de riqueza no mundo”.

de tarifas e a terceira englobava as regras gerais a serem obedecidas no processo de redução tarifária.

Somente entraram em vigor a segunda e terceira parte da Carta de Havana que, por sua vez, formavam o *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)* (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

3.1.2 O GATT

O GATT, inicialmente, se concentrava em uma tabela de redução tarifária. Em regras gerais, esta tabela era basicamente um anexo às regras gerais e descrevia as tarifas aplicáveis a inúmeros produtos presentes no comércio internacional. “Ou seja, os Estados comprometiam-se a impor, no máximo, aquela tarifa negociada sobre o produto descrito, quando da importação para seu mercado interno” (BARRAL, 2007, p. 30).

O Acordo passou a evoluir a partir de rodadas de negociação. Nestas rodadas, os representantes das Partes Contratantes encontravam-se para negociar diversos temas, sendo eles de interesse bilateral ou coletivo.

Então, no início da década de 1980 foi realizada a Rodada Uruguai, e na conferência, em Punta del Este, no Uruguai, foi elaborado um documento para guiar as negociações. Após oito anos, concretizou-se a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

3.1.3 A OMC

As principais funções da Organização são, basicamente, estimular o comércio internacional, fiscalizar o cumprimento das normas comerciais e servir de fórum, quando houver algum conflito entre as nações. Maia (2010) comenta que, quando algum país membro julgar-se prejudicado, ele deve informar o problema à OMC e, enquanto o assunto não for solucionado, não é permitido tomar nenhuma medida contra o “parceiro-réu”. Em síntese, conforme Lopez e Silva (2010), a OMC pretende contribuir no desenvolvimento das nações e no convívio pacífico de seus respectivos membros através do intermédio de um comércio equilibrado.

3.2 RELAÇÕES BILATERAIS

Há algumas décadas, por volta de meados do século XX, o mundo começou a unir-se em blocos comerciais, os mais diversos possíveis, cujos objetivos e configurações também têm vários formatos. A intenção desses acordos é a união de esforços em prol do comércio e da economia mundial, de modo que eles sejam cada vez mais intensos e os países envolvidos no processo possam evoluir e ter ganhos. Essas uniões podem dar-se em acordos bilaterais ou multilaterais pelos países e ocorrer entre blocos de países (KEEDI, 2011, p. 64).

As relações políticas entre Brasil e China foram estimuladas tanto na esfera bilateral como na multilateral. Em 1974, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os países e, desde então, têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade.

Consolidaram uma parceria estratégica em 1993 e, até o momento, organizam visitas frequentes de seus respectivos presidentes. Em 2000, tiveram estas relações intensificadas e, em consequência disso, obteve-se o aumento do comércio bilateral. Assim, é possível observar uma relação potencial entre esses países, que tende a crescer cada vez mais.

4 ASPECTOS GERAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Durante séculos, a economia do Brasil era voltada para a exportação de pequenas quantidades de produtos primários. Porém, o setor industrial preponderou-se muito rapidamente. E, concomitantemente, sua sociedade, que era principalmente rural, tornou-se cada vez mais urbanizada.

Inicialmente, acreditava-se que a industrialização diminuiria a dependência econômica do país em relação aos tradicionais centros industriais do mundo, porém, de acordo com Baer (2009, p. 26-27) “a divisão internacional do trabalho originada no século XIX conferiu ao Brasil e à maioria dos países do Terceiro Mundo o papel de fornecedores de produtos primários”.

Destaca-se que o primeiro produto mais importante de exportação do Brasil foi o açúcar, e no decorrer dos anos instituiu-se uma série de grandes ciclos de exportação primária, que influenciariam fortemente no crescimento econômico do Brasil até o século XX. Esses foram, respectivamente, o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do ouro e ciclo do café (objeto de crescimento do país ao longo de quase todo o século XIX). Por fim, após o grande desenvolvimento proveniente da exportação de bens primários, iniciou-se o foco na indústria.

Muitos dos primeiros esforços de industrialização e tentativas de promover a produção de artigos manufaturados nos últimos anos do Brasil colonial foram anulados, devido à política de portas abertas às importações industriais do governo pós-Independência. Política da qual os ingleses recebiam acesso especial ao mercado brasileiro em troca da garantia da defesa naval do Brasil.

A Primeira Guerra Mundial não foi um estímulo para o desenvolvimento industrial, pois, com a interrupção da navegação, a importação dos bens de capital necessários ao aumento da capacidade produtiva foi cessada. A importação era a única forma de adquiri-los, já que naquela época, no Brasil, não havia indústria que os produzisse. Na década de 1920, a potência da economia brasileira baseava-se em um setor cafeeiro de rápido crescimento, assim, implementou um percentual de crescimento relativamente pequeno no setor industrial. A Grande Depressão ocasionou um impacto extremamente negativo sobre as exportações brasileiras, mas devido às restrições das importações, houve um considerável crescimento industrial no país. Já na Segunda Guerra Mundial houve aumento na produção, entretanto, a expansão da capacidade produtiva foi limitada.

Sendo assim, o Brasil passou por mudanças socioeconômicas significativas desde a Grande Depressão da década de 1930 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial.

5 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PONTOS DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Em uma breve sondagem da situação mais recente da indústria brasileira, no ano de 2000, evidencia-se um aumento das estatísticas

de emprego, acompanhado por redução da taxa de juros, da inflação nos bens de consumo e do déficit comercial. O que provavelmente impulsionou a indústria nos anos subsequentes.

Assim, nota-se que a maior vantagem competitiva do Brasil é proveniente da abundância em recursos naturais e da enorme disponibilidade de fontes de energia. Em contrapartida, há uma falta de competitividade relevante, proveniente do “custo Brasil formado, especialmente, pela alta carga tributária e pela alta taxa de juros que, juntas, inibem a redução de custos e o aumento da competitividade” (KEEDI, 2011, p. 30).

5.1 ANÁLISE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2015

Nesta seção será analisado, sucintamente, o histórico da balança comercial brasileira entre os anos de 2013 e 2015.

5.1.1 Balança Comercial Brasileira 2013

Na balança comercial brasileira, no encerramento do ano de 2013, as exportações totalizaram um valor de US\$ 242,2 bilhões e as importações US\$ 239,6 bilhões, valores estes, apontados pelo Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2014, p. 1).

Quando comparado ao ano anterior, 2013 apresenta uma retração de 0,2% nas exportações e um aumento de 7,4% nas importações, afirma o DEPLA, a SECEX e o MDIC (2014, p. 1). “A diminuição da receita de exportação se deve à queda de 3,2% do índice de preços, devido ao recuo das cotações de commodities” (DEPLA; SECEX; MDIC, 2014, p. 1).

É válido ressaltar que o Brasil, em 2013, apresentou, tanto na pauta de importações como na de exportações, participação ativa da China, na qual o país asiático está presente no panorama de origens das importações brasileiras e também no panorama de destino das

exportações brasileiras. Sendo assim, nota-se que os referidos países têm uma boa relação comercial.

5.1.2 Balança Comercial Brasileira 2014

Como resultados da balança comercial de 2014, segundo dados da SECEX, do MDIC e o Departamento de Estatística e Apoio à Exportação DEAEX (2014), temos as exportações com um total de US\$ 225,1 bilhões e as importações com US\$ 229,0 bilhões. Porém, houve retração nas exportações de 7,0% sobre 2013 (pela média diária) e, concomitantemente, um aumento no número de exportadores (2,3%). As importações, por sua vez, tiveram redução de 4,4% sobre 2013 (pela média diária).

No encerramento de 2014, o MDIC, a SECEX e o DEAEX (2014, p. 1), registraram uma retração em relação ao mesmo período de 2013 nos produtos manufaturados (-13,7%), semimanufaturados (-4,8%) e básicos (-3,1%).

Houve queda das importações brasileiras da Ásia, com diminuição de 2,8%, sendo que dos produtos fornecidos somente pela China verificou-se aumento de 0,1%, a partir do apontamento dos Órgãos responsáveis pelas informações, MDIC, SECEX e DEAEX (2014, p. 8). Esse aumento deu-se em razão dos seguintes produtos: óleos combustíveis, circuitos impressos, computadores, motores e geradores, entre outros.

5.1.3 Balança Comercial brasileira de Janeiro a Agosto de 2015

O valor acumulado do início do ano de 2015 até o mês de agosto, segundo o MDIC, a SECEX e o DEAEX, chegaram a US\$ 128,347 bilhões nas exportações e US\$ 121,045 bilhões nas importações. E, contemplando o mesmo período de 2014, ficou constatado que as exportações tiveram retração de 16,7% e as importações registraram queda de 21,3%. “Nos primeiros oito meses de 2015, houve retração nas exportações de produtos básicos (-22,2%), manufaturados (-11,5%) e semimanufaturados (-7,2%)” (MDIC; SECEX; DEAEX, 2015, p.3).

Sobre as exportações brasileiras, o MDIC, a SECEX e o DEAEX (2015, p. 4), evidenciam que o mercado asiático, principal comprador dos produtos brasileiros, tiveram queda de 18,9%, alcançando US\$ 42,970 milhões nos oito primeiros meses de 2015. Deste montante em

dólares, US\$ 25,494 milhões, ou seja, mais da metade, foram somente da China, principal destino comercial no bloco. Porém, quando comparado ao ano anterior, esse valor representou queda de 19,7 %.

Nas importações, a Ásia destaca-se como principal bloco econômico no comércio do Brasil. Esse fornecedor teve uma retração de -14,6% nas vendas com destino ao nosso país, sendo que a China, por sua vez, retrocedeu 9,2%, em percentuais apresentados pelo MDIC, a SECEX e o DEAEEX (2015, p. 7).

6 A COMPETITIVIDADE CHINESA

A China tem o posto de principal produtor mundial de computadores e diversos outros aparelhos tecnológicos. Entretanto, tem participação significativa na produção de itens de alto valor agregado, como pontes rolantes e aparelhos de ar-condicionado.

A alta competitividade dos produtos manufaturados exportados pela China se dá pelo “baixo custo da mão-de-obra, a larga escala de produção que tem como consequência a redução dos custos e a taxa de câmbio desvalorizada que funciona como subsídio às exportações” (SILVA, 2011, p. 46). Esse país possui longas jornadas de trabalho com o menor salário/hora do mundo, situação que atrai o investidor, pois a participação do custo trabalho na composição do valor do produto é baixa.

Ressalta-se que o comportamento do câmbio chinês nas circunstâncias atuais, obviamente, é uma preocupação. A moeda se mantém desvalorizada, o que remete ganhos de competitividade para o país. No entanto, interfere diretamente tanto nas importações como nas exportações. Silva (2011, p. 13) disserta sobre tal fato:

O câmbio chinês desvalorizado se transforma em um subsídio às exportações chinesas, além disso, cria uma tarifa extra que protege seu mercado interno, dado que os seus produtos importados se tornam mais caros e não conseguem concorrer com os nacionais chineses. Por outro lado, as exportações, entram nos países de destino com preços bastante competitivos, prejudicando a indústria local dessas economias.

Por fim, outro item bastante relevante e de citação indispensável, são as medidas de política industrial. O Governo dá incentivos fiscais a determinados setores posicionados em zonas econômicas especiais. Ademais, existe uma “obrigação de as empresas multinacionais (EMNs) se associarem a um parceiro doméstico”, além da proibição de realizar investimentos em certos setores (NONNENBERG; LEVY; NEGRI et al, 2008, p. 7).

6.1 RELAÇÕES ENTRE AS INDÚSTRIAS BRASILEIRA E CHINESA

Em 1974, foram estabelecidas relações entre Brasil e China. No decorrer das duas décadas seguintes, foram assinados acordos de baixo impacto entre os países, como o Acordo Comercial Sino-Brasileiro, firmado em 1978, e o Acordo Sino-Brasileiro para o Transporte Marítimo, estabelecido em 1979.

Desde então, a relação bilateral entre estes países tem progredido intensamente, atribuindo crescente complexidade. O Brasil tem, desde 2009, a China como principal parceiro comercial. Assim, o país asiático vem assumindo a posição de uma das maiores fontes de investimento nacional, sendo responsável pelo principal destino das exportações brasileiras. É considerada, também, como a maior fonte das importações do Brasil.

6.1.1 Análise do comércio entre Brasil e China 2013, 2014 e 2015

Brasil e China firmaram diversos acordos desde que iniciaram suas relações. A estruturação e execução de acordos bilaterais têm por objetivo aumentar, ainda mais, o grau de cooperação entre os dois países através do estabelecimento de prioridades e projetos-chaves.

6.1.1.1 Corrente de Comércio Brasil/China 2013

Em 2013, a corrente de comércio entre Brasil e China finalizou o ano em US\$ 83,3 bilhões de acordo com o MDIC apud Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) (2014, p.1), que representa um aumento de 10%, quando comparado ao ano de 2012. Exportações e Importações também apresentaram aumento, segundo o MDIC apud CEBC (2014, p.1), de 12% e 9%, respectivamente.

Analisando, especificamente, as exportações brasileiras em comparação com o ano de 2012, evidencia-se um aumento de aproximadamente 40% (tanto em volume, como em valor), segundo relatório do CEBC (2014, p.2), na venda de soja para a China. A presença de produtos oriundos do agronegócio na pauta exportadora do Brasil é notável. O CEBC (2014, p.2) explana que “parte da explicação para tal fenômeno se encontra nos crescentes níveis de urbanização da China e na mudança do modelo de desenvolvimento do país”.

Em relação às importações brasileiras oriundas da China, os setores de máquinas/aparelhos elétricos e máquinas/aparelhos mecânicos mantiveram-se no topo da pauta, “que, somados, correspondem a 50,9 % do montante de tais operações” conforme mencionado pelo CEBC (2014, p.3).

6.1.1.2 Corrente de Comércio Brasil/China 2014

Em 2014, a corrente de comércio entre Brasil e China totalizou US\$ 77,9 bilhões de acordo com o MDIC *apud* CEBC (2015, p.1). Este valor representa um declínio de 6% quando comparado ao ano de 2013.

As exportações apresentaram queda, segundo o CEBC (2015, p.1), de 12% em relação ao ano anterior. Entretanto, as importações provenientes do país asiático contaram com um pequeno aumento de 0,1%, conforme apontado pelo CEBC (2015, p.1).

Analisando as exportações brasileiras com destino à China, no ano de 2014, podemos citar como a principal causa da redução do valor total, a queda dos preços internacionais de um dos itens mais exportados pelo país: *commodities*.

No cenário geral das exportações, percebe-se que as vendas continuaram concentradas em itens como: soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, semelhante aos anos anteriores. As importações brasileiras provenientes da China em 2014 têm como destaque os mesmos setores do ano de 2013, sendo eles, o de máquinas/aparelhos elétricos e máquinas/aparelhos mecânicos, ambos com participações relevantes na pauta importadora.

6.1.1.3 Corrente de Comércio Brasil/China Janeiro a Agosto de 2015

Até o mês de agosto de 2015, a corrente de comércio entre Brasil e China totalizou US\$ 47,9 bilhões de acordo com o MDIC

apud CEBC (2015). Este valor representa uma queda de 15%, quando comparado ao mesmo período de 2014, o CEBC (2015) aponta que tal queda está “refletindo a retração das exportações, em grande medida explicada pelos menores preços das *commodities*” e também “a redução das importações brasileiras, em decorrência da desaceleração da atividade doméstica.” (CEBC, 2015). Assim, exportações e importações apresentaram declínio, segundo o CEBC (2015), de 20% e 9%, respectivamente.

Porém, “mesmo com variações negativas, o saldo comercial entre os dois países encerrou o período com US\$ 3,1 bilhões favoráveis ao Brasil, ainda que esse montante corresponda a uma queda de 56% se comparado a 2014” (CEBC, 2015).

É válido ressaltar que a importância crescente das *commodities*, na década de 2000, sob uma perspectiva, apresentou índices com capacidade de desenvolvimento melhor do que os produtos manufaturados, ou seja, índices capazes “de oferecer a chance de grandes níveis de crescimento e desenvolvimento aos países subdesenvolvidos e produtores de bens primários” (PAIVA, 2014, p. 82).

No entanto, o desenvolvimento industrial se vê comprometido, Paiva (2014, p. 82) expõe a seguinte argumentação sob tal perspectiva:

Devido à grande demanda por *commodities*, os países com abundância de recursos naturais tendem a optar por produzir *commodities*. [...] Contudo, o desenvolvimento industrial é considerado um fator de grande relevância para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, e em um cenário futuro próximo a opção presente por atender a demanda por produtos primários, em detrimento dos produtos industrializados, poderia fatalmente implicar no comprometimento e vulnerabilidade da economia interna de um determinado país, tal qual o Brasil.

O Brasil é um potencial exportador de bens primários, o que até certo ponto é relevante e positivo, porém, no longo prazo, o país precisa desenvolver-se nos itens de maior valor agregado para conquistar outros mercados e aumentar seus itens de competitividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o constante aumento do comércio internacional, faz-se necessária a intensificação das relações bilaterais ou multilaterais. Como prova disso, nota-se a constante consolidação de novos acordos envolvendo diversos países. Porém, toda relação pode ser interpretada de diferentes formas, ou seja, questiona-se até que ponto tal “envolvimento” é viável e benéfico para as nações.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa realizada resultou em dados relevantes para que se concluísse qual a situação das relações sino-brasileiras e estas apresentaram, predominantemente, características de parceria.

A pauta das exportações brasileiras com destino à China é constituída, em sua maioria, por produtos básicos e de baixo valor agregado. Entretanto, quando analisada a pauta importadora do Brasil de itens provenientes da China, nota-se que o cenário se inverte, isto é, os produtos básicos perdem o posto, dando lugar aos itens manufaturados e com valor agregado mais significativo. Evidentemente, essa correlação comercial desenvolve características de permuta, uma vez que os países se destacam em setores divergentes e necessitam comercializar para “abastecer” seus respectivos mercados nacionais.

Em síntese decorrente da pesquisa realizada, conclui-se que Brasil e China apresentam itens consideráveis e altamente relevantes para que tal comércio perdure por tanto tempo e demonstre crescimento em percentuais notáveis. Assim, destaca-se que a relação comercial sino-brasileira já alcançou dimensões consideráveis, trazendo um grande desenvolvimento do comércio nacional, mas verifica-se ainda um potencial expressivo para maiores expansões.

Ainda, é imprescindível que o Brasil se desenvolva em outros setores para que não fique altamente “dependente” da exportação de bens primários. Essa crescente especialização de produtos intensivos em recursos naturais demanda certa preocupação, dado que qualquer oscilação da importação chinesa de tais produtos resultará em impactos significativos para a economia brasileira.

REFERÊNCIAS

BAER, WERNER. **A economia brasileira**. Werner Baer: tradução de Edite Sciulli – 2 ed. Ver. E atual. – São Paulo: Nobel, 2009.

BANDEIRA, M. G. **A assimetria tecnológica e a nova economia na sociedade global da informação**. Porto Alegre: Revista FAMECOS, 2005. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/419/346>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BARRAL, W. O. **O Comércio Internacional**. – Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **China Brazil UPDATE: Edição 9_Março de 2014**. – 2014. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/chinabrazil_update_ed_9_lamina_visualizacao_0.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **China Brazil UPDATE: Edição 11_Janeiro de 2015**. – 2015. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/china-brazil_update_v.final_oficial.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR (DEPLA); SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Balança Comercial Brasileira: Dados consolidados**. – Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1394635352.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

KEEDI, S. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. 4 ed. – São Paulo: Aduaneiras, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LOPEZ, J. M. C.; SILVA, M. G. P. da. **Comércio exterior competitivo**. 4 ed. – São Paulo: Aduaneiras, 2010.

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior**. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Economia internacional e comércio exterior**. 13 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE); DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL (DIC). **Como Exportar: China**. Brasília: MRE, 2013. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.brasilexport.gov.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fpublicacoes%2FcomoExportar%2FCEXChina.pdf&ei=xxBiVYnlNJKHgWSL8IDIDA&usg=AFQjCNE1199EPsYIWItLBspEMJjW9wZ-xQ&bvm=bv.93990622,d.eXY>> Acesso em: 16 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC); SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX); DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E APOIO À EXPORTAÇÃO (DEAEX). **Balança Comercial Brasileira: Janeiro-Agosto 2015**. – 2015. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2015_08/texto.doc>. Acesso em: 14 set. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC); SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX); DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E APOIO À EXPORTAÇÃO (DEAEX). **Balança Comercial Brasileira: Janeiro-Dezembro 2014**. – 2014. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/texto.doc>. Acesso em: 20 set. 2015.

NONNENBERG, M. B.; LEVY, P. M.; NEGRI, F. de; COSTA, K. P. da. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa.** – Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

O GLOBO. **Conferência de Bretton Woods decidiu rumos do pós-guerra e criou FMI.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/conferencia-de-bretton-woods-decidu-rumos-do-pos-guerra-criou-fmi-13310362>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PAIVA, D. M. de. **Relações de investimentos e comércio entre o Brasil e a China no contexto da rápida expansão chinesa e da trajetória recente da economia brasileira.** – Salvador, 2014.

SILVA, A. D. B. da. **Um estudo das relações comerciais entre Brasil e China e da concorrência chinesa em terceiros mercados.** – Recife, 2011.